

Exmo. Senhor  
Diretor-Geral do Tribunal de Contas  
Av.ª Barbosa du Bocage, n.º 61  
1069-045 Lisboa

N/ ref.ª: NIPG 5823/18

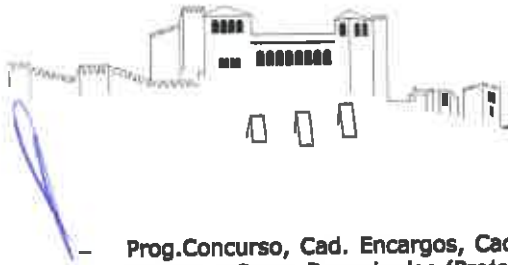
Ofício n.º: 58336/2018

**ASSUNTO: Submissão do contrato a visto prévio (com envio de CD-ROM).**

**CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 01/2018/DICP -T- 01/2018 - REABILITAÇÃO URBANA DO NÚCLEO AMURALHADO, CASTELO E ENVOLVENTES - EDIFÍCIO E ESPAÇO PÚBLICO - PEDU**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 46.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, alterada (LOPTC), remete-se o original do Contrato n.º 131/2018/DICP (assinatura digital), celebrado entre o Município de Leiria e AUGUSTO DE OLIVEIRA FERREIRA & CA, LDA., do procedimento mencionado em epígrafe, acompanhado do CD-ROM que contém os seguintes ficheiros em formato PDF, Word e/ou outros:

- Contrato n.º 131/2018, outorgado a 14 de novembro de 2018 (assinado com recurso a assinaturas digitais);
- Cópia da ata da instalação da Câmara Municipal de Leiria de 14 de outubro de 2017;
- Cópia da ata n.º 21, de 19 de outubro de 2017, onde consta a deliberação n.º 1142/17, relativa à delegação de competências no Senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria;
- Cópia do Edital n.º 63/2017, de 20 de outubro de 2017, com a publicidade da deliberação n.º 1142/17, supracitada;
- Cópia do Edital n.º 61/2017, de 17 de outubro de 2017, com a publicidade do Despacho n.º 94/2017, referente à designação do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Leiria;
- Documentos contabilísticos relativos ao cabimento, ao compromisso e a fundos disponíveis;
- Informação de controlo de fundos disponíveis;
- Ficha do Município emitida pela DGAL e respetivo mapa anexo com o apuramento da capacidade de endividamento do Município referente ao ano de 2018;
- Cópia das Grandes Opções do Plano de 2018 e das modificações ao orçamento e às opções do plano;
- Cópia do Edital n.º 14/2017, de 15 de Dezembro de 2017, e da certidão da Assembleia Municipal, com a Autorização Genérica Favorável da Assembleia Municipal à assunção de compromissos plurianuais do Município de Leiria
- Cópia do contrato celebrado em 31/05/2016 entre o Município de Leiria e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro, referente à aprovação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) e adenda celebrada em 08/08/2017;
- Deliberação da Câmara Municipal de 17 de abril de 2017, que aprovou o projeto de execução e as peças procedimentais;
- Deliberação da Reunião da Câmara Municipal de 12 de dezembro de 2017, que revogou parcialmente a deliberação enunciada no parágrafo anterior, tendo a referida revogação incidido na decisão de contratar no âmbito do procedimento por concurso limitado por prévia qualificação para execução da empreitada, fundamentada no facto de nenhum concorrente ter apresentado proposta. Assim, por ausência de objeto, foi declarada a extinção do procedimento de contratação pública;
- Deliberação da Reunião da Câmara Municipal de 06 de fevereiro de 2018, que aprovou o projeto de execução da cobertura da Igreja da Nossa Senhora da Pena (PEDU), constituído por peças escritas e demais elementos que servem de base ao procedimento, os quais integram todos os elementos de solução da obra a realizar;
- Parecer técnico favorável da entidade externa competente, nomeadamente, da Direção Geral do Património e Cultura, em 12 de dezembro 2017;
- Informação para abertura do procedimento;
- Deliberação da Reunião da Câmara Municipal de 06 de março de 2018, com a autorização da realização da despesa e abertura do procedimento e designação do júri;



- Prog. Concurso, Cad. Encargos, Cad. Enc. Arqueologia, Req. Capac. Financ., Mapa Quantidades e Peças Escritas e Peças Desenhadas (Projeto de Execução);
- Publicação do anúncio de procedimento n.º 1472/2018 no Diário da República 2.ª série n.º 52, de 14 de março de 2018;
- Dentro do prazo legal, foram solicitados esclarecimentos e/ou apresentadas listas de erros e omissões por H Tecnic - Construções, Lda., conforme documentos submetidos na plataforma anogov;
- Foi dada resposta aos pedidos de esclarecimentos, bem como aos erros e omissões detetados pelos interessados acima referidos, com submissão de informação a 28 de março de 2018;
- Candidaturas e respetivo comprovativo de abertura a 5 de abril de 2018;
- Lista de candidatos, publicada a 5 de abril de 2018;
- Relatório Preliminar da Fase de Qualificação elaborado pelo júri, submetido a 27 de junho de 2018;
- Relatório Final da Fase de Qualificação elaborado pelo júri a 6 de Julho de 2018 e deliberação da Reunião da Câmara Municipal de 10 de julho de 2018 com a aprovação do Relatório Final e Decisão Qualificação das seguintes entidades: HCI - Construções, S.A.; Augusto de Oliveira Ferreira e CIA, Lda, e Agrupamento Alexandre Barbosa Borges S.A., IN SITU, Conservação de Bens Culturais Lda, e Nicolau de Macedo S.A;
- Convite e Anexos relativos à fase de apresentação das propostas;
- Mapa de quantidades e projecto de execução posto a concurso;
- Dentro do prazo legal, foram solicitados esclarecimentos e/ou apresentadas listas de erros e omissões por Alexandre Barbosa Borges, SA, AUGUSTO DE OLIVEIRA FERREIRA E CIA., LDA. e HCI - Construções, S.A, conforme documentos submetidos na plataforma anogov;
- Foi prorrogado o prazo para a apresentação de propostas, até às 23h59m59s do dia 12 de setembro de 2018, conforme aviso publicado na plataforma em 16/08/2018 e aviso n.º 1123/2018, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 157, de 16 de agosto;
- Foi dada resposta aos pedidos de esclarecimentos, bem como aos erros e omissões detetados pelos interessados acima referidos, com submissão de informação a 12 de setembro de 2018;
- Foi novamente prorrogado o prazo para a apresentação de propostas, até às 23h59m59s do dia 14 de setembro de 2018, conforme aviso publicado na plataforma em 12/09/2018 e aviso n.º 1214/2018, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 176, de 12 de Setembro;
- Propostas de todos os concorrentes e respetivo comprovativo de abertura a 18 de setembro de 2018;
- Lista de concorrentes, publicada a 18 de setembro de 2018;
- Relatório Preliminar elaborado pelo júri, submetido a 1 de outubro de 2018;
- Relatório Final elaborado pelo júri a 22 de outubro de 2018 e deliberação da Reunião da Câmara Municipal de 16 de outubro de 2018 com a aprovação do relatório final e proposta de adjudicação à entidade AUGUSTO DE OLIVEIRA FERREIRA E CIA., LDA, bem como aprovação das respectivas minutas dos contratos;
- Notificação da adjudicação e da Minuta de Contrato a 22 de outubro de 2018;
- Documentos de habilitação do adjudicatário, onde consta cópia da certidão permanente n.º 4588-1308-7400, válida até 08 de outubro de 2019, submetida a 2 de novembro de 2018, notificada aos restantes concorrentes pela plataforma AnoGov, conforme documento constante da Pasta II.19 do CD-ROM;
- Cópia da garantia bancária n.º 00125-02-2131658, apresentada pelo adjudicatário a 25 de outubro de 2018;
- Workflow do procedimento na plataforma de compras públicas AnoGov, onde constam todos os intervenientes no procedimento, bem como os carregamentos e descarregamentos de documentos;
- Registo de notificações da plataforma de compras públicas AnoGov, onde constam todas as notificações geradas pelo carregamento de documentos e mensagens associados ao procedimento.

**Mais se informa que :**

- O preço base do procedimento foi fixado tendo por base o orçamento apresentado pelo gabinete projetista;
- À data de autorização de abertura do procedimento, 06 de março de 2018, o cabimento da despesa encontrava-se assegurado, em verba orçamental própria, conforme dispõe o artigo 9.º e o Anexo I das Instruções aprovadas pela Resolução n.º 14/2011, publicada no Diário de República, 2.ª série, de 16 de agosto, constando da própria deliberação da Câmara Municipal a menção à respetiva Proposta de Cabimento n.º 656/2018, autorizada a 01 de março de 2018;




- Ao abrigo do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, o contrato ainda não produziu efeitos, não tendo sido efetuada a consignação;
- Na fase de qualificação foram apresentados pelo agrupamento constituído pelos candidatos TECNOREM - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, SA e INOVAQUA - ENGENHARIA E AMBIENTE, LDA, em 04 de julho de 2018, uma reclamação/pronúncia ao abrigo do direito de audiência prévia após comunicação do Relatório Preliminar, não tendo obtido provimento;
- Na fase de apresentação de propostas foram solicitados pedidos de esclarecimentos e listas com a identificação dos erros e das omissões do caderno de encargos detetados pelos interessados, tendo sido respondidos e supridos por deliberação de 21 de agosto e de 18 de setembro de 2018;
- Não foram apresentados pedidos de classificação de documentos que instruem as propostas para efeitos de restrição de acesso aos mesmos;
- Não foram efetuadas negociações das propostas;
- Mais se informa, que, não é do conhecimento desta Câmara Municipal a apresentação de petição de impugnação judicial de ato administrativo ou equiparado;
- Declaração nos termos do n.º 3 do art.º 17.º da resolução n.º 14/2011, de 16 de agosto;
- Lista dos elementos que acompanham o projeto de execução nos termos do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos e fundamentação circunstanciada para a desnecessidade de algum(ns) desses elementos.

Com os melhores cumprimentos.

Leiria, 21 de novembro de 2018.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA,



Gonçalo Lopes

Gestora do processo: Patrícia Paixão  
2018.11.21/SP/CC-PP

